

GuiaDosBancos®
Responsáveis

Resumo executivo 2022

Uma análise das políticas e diretrizes socioambientais dos oito maiores bancos do Brasil



Novembro de 2022

Realização:



1. Introdução

Em 2022, o projeto Guia dos Bancos Responsáveis (GBR) chega a sua 9ª edição. A iniciativa tem como objetivo analisar os compromissos socioambientais assumidos pelos maiores bancos que operam no país. Para tanto, a cada dois anos realiza a avaliação das políticas das instituições financeiras, por meio da qual verifica a **integração de quesitos de responsabilidade socioambiental nas diretrizes dessas instituições**. Além disso, nos intervalos entre as avaliações são realizados estudos de caso que averiguam se as políticas estão sendo colocadas em prática ou não.

A avaliação de políticas do GBR é um processo de análise minuciosa dos documentos públicos das instituições financeiras e consolida uma classificação dos bancos de acordo com a abrangência de suas políticas de responsabilidade socioambiental. O trabalho do GBR fornece subsídios para a atuação de diversos setores

da sociedade - consumidores, investidores, setor financeiro, reguladores e sociedade civil organizada -, justificando a sua importância.

Em 2022, **foram avaliados os oito maiores bancos do país em ativos**: Banco do Brasil, BNDES, Bradesco, BTG Pactual, Caixa Econômica Federal, Itaú Unibanco, Safra e Santander Brasil. Os temas avaliados são questões urgentes, presentes no debate público e na agenda de organizações públicas e privadas. Estão agrupados em três categorias de acordo com sua natureza: **temas transversais**, quando interseccionam todos os setores econômicos que o banco apoia (indústria produtiva, extrativista, agropecuária, etc.); **temas setoriais**, quando dizem respeito a uma área particular da economia e, portanto, trazem especificidades dela; e **temas operacionais**, que remetem às questões internas ao banco.

Lista dos 18 temas avaliados pelo GBR

Transversais	Bem-estar Animal; Corrupção; Direitos humanos; Direitos trabalhistas; Igualdade de Gênero; Impostos; Meio ambiente; Mudanças climáticas.
Setoriais	Alimentos; Armas; Florestas; Geração de energia; Mineração e Óleo e gás.
Operacionais	Direitos do consumidor; Inclusão financeira; Remuneração e Transparência e prestação de contas.

O GBR é parte do Fair Finance International (FFI), uma rede internacional de organizações da sociedade civil que trabalham em prol de um sistema financeiro mais justo e sustentável. A metodologia da avaliação de políticas foi desenvolvida pelo FFI em parceria com a Profundo, consultoria de pesquisa em sustentabilidade sediada nos Países Baixos, em diálogo com as instituições financeiras dos países participantes.

O FFI está presente em 15 países: África do Sul, Alemanha, Bélgica, Brasil, Camboja, Filipinas, Índia, Indonésia, Japão, Noruega, Países Baixos, Paquistão, Suécia, Tailândia e Vietnã. Nos próximos anos irão se consolidar coalizões em diversos outros países da América Latina, África, Europa e Ásia, mostrando a crescente importância e força da rede.

O FFI se organiza por meio de coalizões nacionais, que reúnem instituições atuantes na defesa dos direitos humanos, ambientais, defesa do consumidor, proteção animal e direitos trabalhistas. Em cada país as coalizões dialogam com reguladores e instituições financeiras (bancos, seguradoras e/ou fundos de pensão) a fim de consolidar as melhores políticas e práticas ambientais, sociais e de governança (ASG) de acordo com a realidade local.

No Brasil, o GBR é uma iniciativa formada pela coalizão de quatro organizações da sociedade civil: Conectas Direitos Humanos, Idec, Instituto Sou da Paz e Proteção Animal Mundial. A diversidade das áreas de atuação da coalizão brasileira permite uma abordagem integrada e especializada de todos os temas avaliados, que concede também ferramentas de melhoria para os bancos.



2. Metodologia

A metodologia do FFI é uma referência mundial em termos de padrões e iniciativas internacionais de responsabilidade socioambiental. Diferentemente do que ocorre com a maioria dos outros indicadores de sustentabilidade, ela não se restringe apenas a critérios de risco, mas abrange também aspectos sobre impactos econômicos, ambientais e sociais.

A metodologia utilizada na presente pesquisa possui aplicabilidade para diferentes tipos de instituições financeiras, tais como bancos de desenvolvimento, bancos comerciais, de investimento, seguradoras e fundos de pensão. Além disso, por ter sido construída com foco específico no setor financeiro, consegue captar especificidades e avaliar critérios relacionados ao impacto que essas instituições podem gerar a partir de seus investimentos e financiamentos.

Os bancos fomentam outros negócios e, por isso, suas políticas não devem levar em consideração apenas as ações que dizem respeito ao âmbito interno de suas operações, mas também as empresas que apoiam. Dessa maneira, parte-se do pressuposto que os bancos

devem incorporar princípios e critérios em sua tomada de decisão sobre a concessão de créditos e investimento, especialmente quando se relacionam com atividades empresariais de elevado impacto socioambiental, como por exemplo, mineração, geração de energia, produção de alimentos entre outros.

É importante destacar que esse tipo de avaliação também é positivo para a própria instituição financeira, uma vez que incentiva a adesão a padrões que contribuem com prevenção de impactos macroeconômicos negativos, que prejudicam a rentabilidade das empresas.

Toda a análise do GBR parte da avaliação de documentos públicos que os próprios bancos disponibilizam. No total, foram consultados mais de 300 documentos, dos mais diversos temas e que incluem questões financeiras, de governança e de sustentabilidade, entre outras. A pontuação foi atribuída aos bancos de acordo com o conteúdo dos seus documentos públicos, que explicitam as políticas que traduzem seu grau de responsabilidade socioambiental.



3. Análise geral

Foram investigados 18 temas, totalizando 342 elementos de avaliação. O desempenho médio dos 8 bancos numa escala de 0 a 10, ficou em 3,8, ou seja, cumprem a média de 38% das políticas avaliadas. A nota mais alta foi de 5,2 e a mais baixa, de 3,1.

3.1. Análise por Bancos

No ranking geral, que apresenta a nota média de todos os bancos avaliados independentemente de suas especificidades, o BNDES ficou em primeiro lugar, pontuando 5,2. Já o Itaú Unibanco, o segundo colocado no ranking geral, apresentou o melhor desempenho dentre os bancos comerciais e de investimento, com nota média de 4,1. Em terceiro lugar tivemos

o Santander, que caiu uma posição devido a melhora de desempenho do Itaú, que na edição passada figurava em 4º lugar.

Quem passou a ocupar a 4º posição foi o Banco do Brasil, com média de 3,7 pontos. A mesma nota foi obtida pelo Bradesco, que se manteve na quinta posição devido ao critério de desempate que considerou a segunda casa decimal do cálculo da nota – Banco do Brasil recebeu 3,74, enquanto Bradesco, 3,68. Por fim, na sexta posição tivemos a Caixa (3,43), que também apresentou empate técnico com o Safra (3,37), ocupante da sétima posição. Em último lugar tivemos o BTG Pactual, que embora tenha evoluído bastante em relação à última avaliação, figurou no oitavo lugar com 3,1 pontos.

Ranking geral por banco

Variação posição	Posição	Banco	Nota 2022	Nota 2020
=	1º	BNDES	5,2	4,3
+2	2º	Itaú	4,1	3,5
-1	3º	Santander	3,9	3,8
-1	4º	Banco do Brasil	3,7	3,5
=	5º	Bradesco	3,7	3,3
=	6º	Caixa	3,4	3,3
+1	7º	Safra	3,4	2,3
-1	8º	BTG Pactual	3,1	2,6

Esta edição contou com duas notas acima de 4,0, diferentemente da última, quando somente o BNDES havia alcançado este patamar. Já as demais notas ficaram entre 3 e 4 pontos, evidenciando um avanço positivo, especialmente de BTG e Safra que, embora tenham ocupado as últimas posições, apresentaram melhora significativa da nota. Nesse sentido, o Safra foi o que mais se destacou, apresentando a melhor progressão de nota geral entre todos os bancos. Um dos fatores para esta melhora de desempenho se deve a revisão de sua política para o setor de Armas, que passou a incorporar diversos critérios previstos pelo GBR.

É de se esperar que, no ranking geral, o único banco de desenvolvimento assuma o topo da lista, dada a sua finalidade diversa quando comparado a bancos comerciais ou de investimento. Ainda assim, mesmo com finalidade voltada para o desenvolvimento sustentável, o BNDES apresenta baixo grau de compromissos quando comparado com bancos de diferentes coalizões da FFI com histórico de avaliação semelhante, como o caso da Coalizão dos Países Baixos, onde a média geral dos bancos avaliados é de 70%, sendo a nota mais alta de 9,3 e, a mais baixa, de 5,4. Ao mesmo tempo, é curioso constatar que na última posição do GBR tenhamos um banco múltiplo especializado em investimento, sendo possível correlacionar este resultado à baixa pontuação que os bancos recebem quando se analisa o escopo de gestão de recursos de terceiros e gestão de recursos próprios.

Na análise somente dos bancos múltiplos, é possível perceber pouca variação entre o primeiro e último colocado. Apesar disso, o Itaú assume a liderança como banco múltiplo que oferece o maior número de compromissos e detalhamento sobre suas políticas socioambientais e de governança.

Os resultados demonstram que os bancos brasileiros seguem distantes do nível de comprometimento esperado pela sociedade civil

e muito abaixo dos níveis de outras instituições financeiras de fora do país. Ainda predominam muitas notas abaixo de 60%, indicando uma reprovação das instituições na avaliação das melhores práticas ambientais e sociais. De toda maneira, é possível observar uma melhora de desempenho nos temas avaliados nesta edição. Ao longo do relatório são explicados, em detalhes, os motivos desta performance.

3.2. Análise por tema

O desempenho das instituições financeiras nos temas é bastante heterogêneo: em alguns deles a pontuação é baixíssima, enquanto em outros as notas são razoáveis. Se na última avaliação os temas de Inclusão Financeira, Meio Ambiente e Direitos Trabalhistas passaram obtiveram desempenho médio acima de 60%, na presente edição houve uma piora no tema de Meio Ambiente em decorrência da retirada dos pontos de legislação, caindo para a classificação de 52,5%. Por sua vez, o tema de Direitos dos Consumidores apresentou uma melhora significativa, atingindo a segunda colocação entre os mais bem avaliados. Por outro lado, enquanto na última avaliação cinco temas receberam notas entre 0 e 1,9, nesta edição apenas Armas e Bem-estar Animal foram categorizados neste patamar. A melhoria nas notas em Mudanças Climáticas, Remuneração e Impostos levaram tais temas ao patamar de notas entre 2 e 3,9 pontos.

A performance geral nos 18 temas continua ruim, com média de 3,8, um aumento de 0,6 em relação à última edição do GBR. Quando olhamos exclusivamente para os temas operacionais, a média dos quatro temas avaliados fica em 5,25, um patamar razoável. Já nos temas transversais a média é de 3,7 representando um aumento de 0,9 em relação à avaliação passada. Apesar da significativa melhora, vale ressaltar que a presença de pontos de legislação em temas como Meio Ambiente e Direitos Trabalhistas contribui para aumentar a média do bloco,

quando consideramos que temas como Bem-estar Animal, Impostos e Mudanças Climáticas são mal avaliados. Na próxima avaliação não serão aplicados os pontos de legislação, o que poderá refletir numa piora geral das notas se os bancos não adequarem as suas políticas

para incorporar certos compromissos. Nos temas setoriais a média é de 3,02, evidenciando que a ausência de políticas setoriais da maioria dos bancos afeta negativamente o desempenho geral.

Notas médias por tema em ordem decrescente

Tema	Nota média	Variação da média*
Inclusão Financeira	7,45	0,78
Proteção ao Consumidor	6,95	1,29
Direitos Trabalhistas	6,03	-0,17
Corrupção	5,26	0,13
Meio Ambiente	5,25	-0,75
Direitos Humanos	4,96	1,19
Transparência e Prestação de Contas	4,21	0,71
Igualdade de Gênero	3,5	1,4
Florestas	3,4	0,8
Mineração	3,37	0,61
Óleo e Gás	3,32	0,37
Geração de Energia	3,05	0,55
Alimentos	3,02	0,12
Mudanças Climáticas	2,43	0,98
Remuneração	2,42	0,71
Impostos	2,17	0,47
Armas	1,97	1,15
Bem-estar animal	0	-
Média:	3,82	0,6

* Variação da nota média por tema em comparação à última edição do GBR.

4. Conclusões e perspectivas

A edição de 2022 do Guia dos Bancos Responsáveis evidencia uma melhora geral nos resultados: todos os bancos avaliados tiveram aumento de nota. Alcançou-se, assim, o alcance médio de 38% e, mínimo, de 31% dos critérios GBR. No entanto, essa evolução não foi equânime, uma vez que alguns bancos foram mais engajados na incorporação de novos compromissos socioambientais entre a última avaliação e esta. Nesse sentido, destacaram-se **Safra, BNDES, Itaú e BTG**.

Além disso, é positiva a constatação de que os dois últimos colocados, **Safra e BTG Pactual**, atingiram aumentos expressivos de nota, se aproximando dos demais. Caso essa evolução seja mantida, poderão assumir novas colocações na próxima avaliação, ultrapassando os bancos que têm avançado mais lentamente: **Caixa, Santander e Banco do Brasil**.

No entanto, os resultados desta edição ainda não são motivo de comemoração. Constata-se que as notas seguem aquém do que se considera o mínimo para que os compromissos de um banco sejam considerados socioambientalmente responsáveis e contribuam para as mudanças estruturais necessárias para o país. No comparativo com outras coalizões da Fair Finance International, conforme exemplo da Coalizão Holandesa mencionado, nem mesmo as melhores notas da edição brasileira superam as piores notas dos bancos estrangeiros.

Para avançar, dentre os desafios apontados no relatório de pesquisa, podemos destacar, como exemplo, a necessidade de os bancos: (i) a incorporarem metas mensuráveis e suficientemente detalhadas em seus compromissos; (ii) publicizarem as medidas de mitigação e as salvaguardas exigidas para o investimento e financiamento de atividades de elevado impacto socioambiental e; (iii) demandarem que as empresas financiadas e investidas tenham políticas de responsabilidade ambiental, social e de governança que contemplem toda a cadeia de fornecedores ligada a elas.

Apesar dos desafios ainda serem grandes, o GBR se propõe a ser um guia da sociedade civil para apontar a direção que as instituições financeiras ao redor do mundo devem percorrer para se tornarem catalisadoras de iniciativas positivas. Todos os critérios ambientais, sociais e de governança avaliados são, na verdade, a legítima expectativa da sociedade para com os bancos e somente podem se concretizar por meio do diálogo e engajamento destas instituições na construção deste futuro comum, mais justo e sustentável. Assim, é por meio da incorporação de críticas construtivas feitas por consumidores e sociedade que será possível assegurar o papel estratégico que as instituições financeiras possuem para concretizar o desenvolvimento sustentável.

Ficha técnica

Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - Idec

Institucional

Diretoria Executiva
Carlota Aquino
Igor Rodrigues Britto
Gerência de Programas e Projetos
Georgia Carapetkov

Autoria

Fábio Machado Pasin
Julia Catão Dias
Ione Alves Amorim

Revisão

Marina Nascimento

Projeto gráfico e capa

W5 Agência de Publicidade

Assessoria de Imprensa

Camilla Rigi
Daniel Torres
Fernando Gentil
Daniel Torres

Comunicação

Camilla Rigi
Ohana Oliveira

Contribuições

Luca Schiewe (Facing Finance)
Natália Pollachi (Instituto Sou da Paz)
Julia Mello Neiva (Conectas Direitos Humanos)
Gabriel Mantelli (Conectas Direitos Humanos)
José Ciocca (Proteção Animal Mundial)
Karina Rie Ishida (Proteção Animal Mundial)
Juliana Modaneze (Proteção Animal Mundial)

Apoio

SIDA - Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional
Oxfam Novib
Fair Finance International



This report has been co-financed by the Swedish international development agency, Sida.

Responsibility for the content lies entirely with the creator. Sida does not necessarily share the expressed views and interpretations.

GuiaDosBancos® Responsáveis



Realização:

